



## NOVO REGIME REMUNERATÓRIO DOS TRABALHADORES DOS REGISTOS E NOTARIADO

**APROVADO**  
**SEM NEGOCIAÇÃO COM OS SINDICATOS!**

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, ficou a saber, através do comunicado do Conselho de Ministros do dia 28 de Março, que foi aprovado na “generalidade”, o decreto-lei que estabelece o novo regime remuneratório dos trabalhadores integrados nas carreiras especiais de oficial de registo e conservador.

Estamos, mais uma vez, perante um manifesto desrespeito pelo direito à negociação colectiva, tendo em conta que se trata de matéria que obrigatoriamente tem de ser antecipadamente negociada com as organizações sindicais. Aquilo de que estamos em presença é uma declarada imposição do modelo e conteúdos das remunerações dos trabalhadores dos registos e notariados.

Por outro lado, podemos considerar que esta decisão representa uma atitude de má-fé do Governo, quando no decorrer do processo de negociação do regime das carreiras especiais de conservador de registos e de oficial de registos, foi assumido pela Secretária de Estado da Justiça que, após a negociação da estrutura das carreiras, nos seria apresentada uma proposta de tabela salarial, facto que nunca aconteceu, ainda que o Decreto-Lei nº 115/2018, estabeleça que esta negociação seja feita no prazo de 180 dias.

É, portanto, inaceitável que nos confrontem com este facto consumado e nos imponham, desta maneira *“a concentração, num único diploma, do regime remuneratório aplicável às carreiras especiais de conservador de registos e oficial de registos; a atualização do conceito de remuneração nestas carreiras, eliminando-se a conceção bipartida de vencimento da categoria e vencimento de exercício; a determinação do número de posições remuneratórias e a identificação dos correspondentes níveis remuneratórios aplicáveis; e a previsão da remuneração mensal a abonar ao candidato à carreira de conservador de registos que frequente o curso de formação inicial específica para ingresso naquela.”*

Não podemos dar acordo àquilo que não negociámos previamente. Não fomos convocados para qualquer reunião com o fim de negociar estas ou outras matérias de idêntico teor e muito menos nos foi remetido qualquer projeto para apreciação.

Neste sentido, vamos questionar a Secretária de Estado da Justiça sobre este procedimento e saber quando se realiza a primeira reunião de negociação do projeto de decreto-lei sobre estas matérias. Ao mesmo tempo, exigimos que o Governo suspenda, de imediato, o processo de aprovação do anunciado diploma legal, dando cumprimento ao processo de negociação colectiva que se impõe.

***Mantém-te informado!***

**SINDICALIZA-TE**  **no STFPSCentro**  
**vai a [www.stfpcentro.pt](http://www.stfpcentro.pt) - ficha de sindicalização**



Coimbra, Abril de 2019

**Federação Nacional dos Sindicatos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais**